SUMÁRIO

PREFÁCIO
Clèmerson Merlin Clève 17

APRESENTAÇÃO 21

INTRODUÇÃO 23

Advertência metodológica: a relação de integração entre o Direito material e o processo 29

PARTE I – INEFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, OMISSÕES ESTATAIS E O MANDADO DE INJUNÇÃO INTERPRETADO PELO STF: *MORREU NA CONTRAMÃO ATRAPALHANDO O TRÁFEGO* 33

CAPÍTULO 1 – Eficácia jurídica e aplicabilidade dos direitos fundamentais na Constituição de 1988 37
1.1 Direitos fundamentais, multifuncionalidade e a Constituição Federal de 1988 38
1.1.1 Os direitos fundamentais nos ordenamentos constitucionais contemporâneos 38
1.1.2 A multifuncionalidade dos direitos fundamentais 43
1.1.3 Direitos fundamentais na Constituição brasileira de 1988 46
1.2 Realização dos direitos fundamentais e dependência de regulamentação infraconstitucional 48
1.2.1 Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais 49
1.2.2 A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais 52
1.2.3 Mediações concretizadoras e regulamentação do exercício de direitos fundamentais 57

CAPÍTULO 2 – As omissões estatais e os instrumentos jurídico-processuais para suprir a inaplicabilidade de direitos constitucionais não regulamentados 63
2.1 Controle de constitucionalidade por omissão 63
2.2 Instrumentos jurídico-processuais aptos a corrigir a inconstitucionalidade por omissão 70

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.2.1 *Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão* 71
2.2.2 *Mandado de injunção* 77
2.3 O mandado de injunção e a interpretação do STF: reflexos de um paradigma em vias de superação 82
2.3.1 *Origens do instituto* 83
2.3.2 *As correntes interpretativas na doutrina brasileira* 86
2.3.3 *O mandado de injunção interpretado pelo STF:* e se acabou no chão feito um pacote tímido 89

PARTE II – A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DO ESTADO LEGISLATIVO AO ESTADO CONSTITUCIONAL E A CONCRETIZAÇÃO JURISDICIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: *ERGUEU NO PATAMAR QUATRO PAREDES SÓLIDAS* 95

CAPÍTULO 3 – Alicerces para uma transição paradigmática: transformações na Filosofia do Direito, no Direito Constitucional, na concepção de jurisdição e no Direito Processual Civil 97
3.1 A transição paradigmática na Filosofia do Direito: do positivismo jurídico ao paradigma jurídico contemporâneo 104
3.2 A transição paradigmática no Direito Constitucional: da superioridade da lei à supremacia da Constituição 113
3.3 A transição paradigmática na concepção de jurisdição: do juiz *bouche de la loi* à jurisdição como meio de efetivação dos direitos fundamentais 121
3.4 A transição paradigmática no Direito Processual Civil: do processo neutro e abstrato às técnicas processuais adequadas à tutela do direito material 129

CAPÍTULO 4 – A concretização jurisdicional de direitos fundamentais à luz das novas concepções de constituição, jurisdição, ação e processo 135
4.1 Incongruências entre a interpretação originária do STF quanto ao mandado de injunção e os cânones do Estado Constitucional 136
4.2 Novos fundamentos para a identificação da técnica processual adequada à tutela dos direitos fundamentais não regulamentados 139

PARTE III – UMA NOVA CONSTRUÇÃO DO MANDADO DE INJUNÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO: *TIJOLO COM TIJOLO NUM DESENHO MÁGICO* 145

CAPÍTULO 5 – A mudança de entendimento do STF sobre o mandado de injunção: *atravessou a rua com seu passo tímido* 147

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 6 – A construção de uma nova configuração jurídica ao mandado de injunção: *tijolo com tijolo num desenho lógico* 157
6.1 Aplicabilidade, pressupostos de cabimento e âmbito de proteção 158
6.2 Tutela jurisdicional pretendida e natureza jurídica da decisão 166
6.3 Legitimidade de partes 171
6.4 Efeitos da decisão proferida em sede de mandado de injunção 174
6.5 Procedimento e competência para julgamento do mandado de injunção 179

CONCLUSÃO 189

REFERÊNCIAS 195

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br